



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 313484-7
COMARCA: VARA ÚNICA DA COMARCA DE CONDADO
APELANTE: JOSIVANDO MARTINS DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
DES. RELATOR: LEOPOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS

EMENTA: Penal – Processual Penal - **Apelação Criminal– Preliminar de Prescrição. Improcedência. Mérito:** Absolução. Negativa de autoria. Tese dissociada do acervo probatório dos autos. **Apelo não provido,** mantendo-se a sentença condenatória intocável. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Criminal nº. 313484-7 da Vara Única da Comarca de Condado, em que figuram, como apelante e apelado as partes acima identificadas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, **em negar provimento ao recurso,** tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,

24/05/2014
Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator

140
74



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 313484-7
COMARCA: VARA ÚNICA DA COMARCA DE CONDADO
APELANTE: JOSIVANDO MARTINS DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto em face da sentença penal, fls. 73/79, que condenou o apelante, a uma pena de **03 (três) anos de reclusão, e 10 (dez) dias-multa** que foi substituída por restritiva de direitos (prestação de serviço no Hospital Público Municipal) pela prática do delito previsto no art. 155, §4º, inciso I do CP (furto qualificado pelo rompimento de obstáculo à subtração da coisa).

Irresignado, o **apelante**, em suas razões, fls. 112/113, suscita **preliminarmente a ocorrência da prescrição**. No **mérito**, **nega** a autoria e requer sua absolvição. Aduz que trabalhava para a vítima, mas não recebia os salários. Assevera que as acusações impostas foram criadas pela vítima para não honrar com a dívida trabalhista.

Contrarrazões às fls. 119/121, pugnando pelo não provimento do recurso.

Parecer da Procuradoria de Justiça, fls. 134/137, opinando pela manutenção da sentença combatida.

É o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 30.09.13.


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 313484-7
COMARCA: VARA ÚNICA DA COMARCA DE CONDADO
APELANTE: JOSIVANDO MARTINS DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS

VOTO DE MÉRITO

Tenho que a sentença recorrida não deve ser modificada.

A autoria e materialidade restaram incontestas pela vasta prova carreada aos autos, consistente na confissão parcial do acusado fls. 45/46, dos depoimentos testemunhais, fls. 53/62, que ratificaram os termos da denúncia. Senão vejamos.

O apelante em seu interrogatório, em juízo, fl. 45/46, nega inicialmente a prática delitiva, em seguida admite ter entrado na casa da vítima e pego R\$200,00 (duzentos) reais, porque estava revoltado em não receber o seu salário. Nega que tenha arrombado a porta, alegando que a mesma estava aberta.

As testemunhas Maurício Barros, fls. 55/56, e Edinaldo da Silva, fl. 57/58, confirmam em juízo o arrombamento da porta dos fundos da residência e que o acusado ofereceu à venda um dos celulares furtados. Ocasão em que levou-se ao conhecimento da vítima a qual reconheceu o aparelho celular.

Do exposto, diante dos depoimentos colhidos e da confissão parcial do acusado não se tem como acolher a tese de absolvição.

Ante o exposto, nego provimento parcial ao apelo, mantendo-se incólume a sentença recorrida.

É como voto.

Recife, 9/10/2014

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0313484-7 – Vara Única da Comarca de Condado-PE

Apelante: Josivando Martins da Silva
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Revisor Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procuradora: Dra. Janeide de Oliveira Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por Josivando Martins da Silva contra a sentença prolatada pelo MM. Juiz da Vara Única da Comarca de Condado, que o condenou à pena de 03 (três) anos de reclusão, cumulada ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário de 1/2 salário mínimo, em regime inicial aberto, pela prática do crime previsto no art. 155, §4º, I, do CP.

Em suas razões recursais, inicialmente pugna pela sua absolvição. Ao final, assevera que a sua pena encontra-se prescrita.

VOTO PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

Avulta, o apelante, sem denominar como questão preliminar, que a sua pena encontra-se prescrita. Aduz que o fato ocorreu em março de 2004 e, como foi condenado à uma pena de 03 (três) anos de reclusão, sua prescrição ocorreria em 08 (oito) anos.

Entretanto, razão não assiste ao apelante. *In casu*, o fato criminoso foi cometido no dia 27 de março de 2004 e a denúncia foi recebida (primeiro marco interruptivo da prescrição) no dia 05 de agosto daquele mesmo ano. Na data do fato, estava em vigor o inciso IV do art. 117 do Código Penal com a redação dada pela Lei nº 7.200/84, que determinava que interrompia-se a prescrição pela sentença condenatória recorrível. Analisando os autos, verifico que a sentença foi exarada no dia 18 de novembro de 2008, portanto, segundo marco interruptivo da prescrição.

Logo, no caso em análise, o prazo prescricional deve ser contado da data da sentença, e não da data do fato, como imagina erroneamente o apelante. Com efeito, até a presente data, não se passaram os 08 (oito) anos necessários para a ocorrência da prescrição.

Ante o exposto, voto no sentido de **REJEITAR a preliminar de prescrição suscitada.**

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0313484-7 – Vara Única da Comarca de Condado-PE

Apelante: Josivando Martins da Silva
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Revisor Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procuradora: Dra. Janeide de Oliveira Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

MÉRITO

Superada a questão preliminar, passo à análise do mérito da demanda.

Requer o apelante, apenas, a sua absolvição.

Pois bem. A materialidade do delito restou comprovada nos autos, notadamente no auto de apresentação e apreensão (fl. 10), no auto de avaliação de objeto furtado (fl. 22) e no auto de restituição (fl. 24).

Outrossim, a autoria mostra-se evidente, especialmente nos depoimentos das testemunhas Maurício Barros de Oliveira (fls. 55/56), Edinaldo da Silva Nascimento (fls. 57/58) e da vítima Sebastião Evangelista da Silva (fls. 61/62). Vejamos trechos de seus depoimentos em juízo:

MAURÍCIO BARROS DE OLIVEIRA:

"Que viu a porta que teria sido arrombada pelo acusado para adentrar na casa da vítima... Que decorridos alguns dias, uma das pessoas que trabalha com o depoente teve oferta de compra de um aparelho celular... Que o depoente avisou a vítima o ocorrido. Que a vítima acertou com a pessoa do depoente que mandasse alguém ir apanhar o aparelho celular, o que foi feito, quando, então, o aparelho celular foi trazido até a presença da vítima, tendo a mesma, reconhecido que era o mesmo aparelho celular que lhe pertencia, tendo inclusive mostrado o conteúdo da agenda telefônica" (transcrito conforme o original).

EDINALDO DA SILVA NASCIMENTO:

"Que o depoente por ocasião do fato denunciado carregava areia para a testemunha Maurício. Que o acusado ofereceu um telefone celular ao depoente... Que o depoente inclusive trouxe o telefone para Maurício ver"

SEBASTIÃO EVANGELISTA DA SILVA:

"O depoente foi procurado pela testemunha Maurício, a qual lhe informava que uma pessoa estaria na cidade vendendo um aparelho celular da mesma marca do que foi furtado da casa do declarante. Que a pessoa que estava oferecendo o aparelho celular era a pessoa do acusado. Que o depoente pediu para que a testemunha Didi fosse até a pessoa do acusado e pedisse para trazer o aparelho, quando, então, o declarante confirmou que se tratava do mesmo aparelho de que lhe foi furtado da residência" (transcrito conforme o original).



151

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0313484-7 – Vara Única da Comarca de Condado-PE

Dessa forma, a autoria restou indene de dúvidas, não havendo motivos para o afastamento da certeza de que o fato denunciado ocorreu da forma narrada na peça acusatória. Entendo, portanto, que as provas contidas nos autos, conforme exposto pelo magistrado *a quo* na sentença, mostram-se suficientes à condenação do apelante, que deve ser mantida.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO AO APELO**, mantendo a sentença condenatória nos mesmos termos em que foi proferida.

É como voto.


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado